

A Proposta de Jesus

Uma Discussão com Uwe Wegner

Gottfried Brakemeier

I.

O diálogo anda em baixa na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). É preconizado, isto sim, como método a ser privilegiado no encontro interconfessional e inter-religioso¹. Mas internamente, no confronto das posições teológicas, prevalece a polêmica. Esta se distingue do diálogo por substituir a argumentação pelo julgamento. Não avalia as concepções divergentes, e, sim, distribui rótulos, desqualificando os/as dissidentes mediante ataque pessoal: fulano é ingênuo, conservador, pietista, esquerdista, interesseiro ou coisa pior. É um método cômodo, pois isenta da necessidade de prestar contas e transforma a disputa da verdade em disputa do poder, sempre em busca do partidário, não do interlocutor. Polêmica, em vez de unir, divide o corpo de Cristo.

Precisamos urgentemente reforçar e mesmo desenvolver uma cultura de diálogo na IECLB. Enquanto a polêmica é autoritária, o diálogo é uma virtude democrática². Reconhece o direito que a outra pessoa tem de defender seu ponto de vista sem, com isto, sancionar o relativismo. Diálogo, em argumento e contra-argumento, é a procura comum do válido e correto, sendo que, em última instância, somente a causa deve ser vitoriosa, não uma pessoa. É o exercício de real parceria, pressupondo a disposição para aprender e, eventualmente, reformular os próprios conceitos. Não existe educação libertadora sem o diálogo.

Apresento a seguir um ensaio de diálogo com Uwe Wegner. O assunto o merece. Em diversas publicações, neste periódico e em outras oportunidades, este gabaritado especialista da pesquisa neotestamentária tem se destacado por originalidade e teses desafiantes. Distanciou-se, inclusive, em termos expressos, de uma posição minha, o que poderá ser considerado o motivo imediato desta reação. Entretanto, é a concepção global de Wegner a que me quero referir. Bem que exigiria uma avaliação abrangente e minuciosa. Esta não pode ser oferecida no espaço limitado deste ensaio. Devo restringir-me a alguns aspectos e às linhas mestras. Para tanto vou me ater preferencialmente ao artigo publicado por Wegner em *Reflexos da Brisa Leve*

(Belo Horizonte, CEBI, 1991), volume dedicado a frei Carlos Mesters, sob o título "Jesus e Economia no Evangelho de Marcos" (pp. 93-111). Desenvolvendo o tema, este estudo incorpora também resultados de publicações anteriores, razão pela qual pode ser considerado como síntese mais perfilada da posição do autor. Espero, assim, dar início ou continuidade a um debate mais amplo³. Desde já manifesto o interesse numa resposta do colega.

Aliás, sei que palavra de presidente da IECLB é suspeita. Pode parecer uma tentativa de impor censura eclesiástica. Não é este o propósito. Fa-lo como colega de área na convicção de a fidelidade ao evangelho ser o nosso compromisso comum. De resto, permito-me lembrar que, em Igreja luterana, a começar pelo próprio reformador M. Lutero, os professores de Teologia sempre acumularam enorme poder espiritual, normalmente superior ao dos bispos. Eis mais uma razão para discutir teologia na IECLB.

A fim de excluir mal-entendidos, mais duas observações preliminares se fazem necessárias:

1. A posição teológica de Wegner se caracteriza pelo mais decidido compromisso com os oprimidos deste país e continente. Busca a transformação, a ruptura com a lógica de uma economia desumana e a concretização de uma sociedade justa e fraterna que garanta a todos o pão de cada dia. O fazer teológico de Wegner se insere na ampla corrente da teologia da libertação. Mas representa uma voz muito própria. É bom não confundir nem nivelar as concepções que diversificam esta corrente, razão pela qual a discussão dar-se-á com Wegner e somente com ele.

2. Qualquer palavra crítica sobre tal expressão teológica poderia ser entendida como traição à causa dos pobres, a cujo serviço Wegner e muitíssimos outros se colocam. Não há como concordar com semelhante interpretação. O compromisso de batalhar por um mundo mais de acordo com os propósitos de Deus está indelevelmente cravado no credo cristão. Comungo com Wegner e tantos outros o ardente desejo por uma alternativa a esta sociedade que aí está com seus escândalos e males. Pergunta-se, porém, se o caminho é aquele apontado por Wegner. Que está correto e que está errado em sua concepção? Se tal pergunta for proibida, estamos em vias de reinstaurar o autoritarismo e de asfixiar o raciocínio crítico. Neste caso os fins voltarão a justificar os meios. E estes, como sabemos, poderão corromper, por sua vez, os fins mais nobres. A discussão crítica não tem por objetivo desabonar legítimos propósitos evangélicos. Bem pelo contrário, pretende colaborar para que sejam devidamente perseguidos e alcançados.

II.

Ponto de partida do referido estudo de Wegner é a palavra de Jesus que diz que não se coloca pano novo em roupa velha nem vinho novo em odres velhos (Mc 2.21,22). A incompatibilidade entre o novo que Jesus traz

e o velho a ser superado constitui, pois, a ótica sob a qual é vista a proposta de Jesus. A fim de comprovar que Jesus apregoava uma economia de radical ruptura, Wegner recorre, em primeiro lugar, a um levantamento terminológico. Analisa a frequência e o contexto dos termos “rico” e “riqueza”, “pobre” e “dinheiro” e avalia dados geográficos no Evangelho de Marcos. Do quadro estatístico que eruiu, deduz quatro “suspeitas”, que são:

1. “A proposta econômica de Jesus, segundo Marcos, não passa pela capitalização do dinheiro!” (P. 95⁴.) Em parte alguma Jesus recomenda investir dinheiro ou mostra simpatias por uma “economia do valor de troca”. Muito pelo contrário, ele manda devolver os denários a César e se opõe ao templo, onde o dinheiro virou “mediação de ladroagem”.

2. “Onde grupos economicamente relevantes mais se destacam dentro do evangelho, há assassinato” (ibid.). Deles se tornam vítimas João Batista e, sobretudo, Jesus. Wegner reconhece que a economia não é o único motor responsável pela morte de Jesus. Há outros motivos, “relacionados com a expressão da piedade, interpretação das leis, perda de prestígio religioso, etc.” Mas que os grupos economicamente fortes marquem presença tão maciça na história da paixão não é casualidade. Enquanto isso, “o povo simples e humilde das vilas e aldeias, em favor do qual Jesus viveu e lutou” (p. 96) não pode ser culpabilizado. São os interesses dos econômica e religiosamente influentes que respondem pelo assassinato de Jesus.

3. A “geografia de Jesus” é a “dos povoados, das vilas, não das grandes cidades”. Jesus é pessoa ligada à terra, ao campesinato, à gente simples. Por isto a cidade, concentradora de renda e do excedente da população, lhe é hostil. Cuida de eliminá-lo. Jesus optou pela economia do campo contra a economia da cidade.

4. A essas pessoas simples e pobres o Evangelho de Marcos se refere sempre que fala em “povo” (*ochlos*). Deste fato se conclui: “(...) a economia em Marcos é uma proposta popular, coletiva.” (P. 97.)

Que significa isto em termos concretos? Wegner responde num segundo capítulo com o título “A Economia do Pão”, interpretando sobretudo a dupla partilha do pão em Mc 6.30s. e 8.1s. Constata: Jesus “não vem para resolver o problema do bolso, da carteira, e sim, para resolver o problema da barriga, da fome.” Esta é a necessidade que está acima das leis (Mc 2.23s.) e é atendida e resolvida por um projeto de partilha.

Pois este é o escopo da assim chamada multiplicação dos pães. Wegner corrige: “O texto não descreve com uma só palavra um milagre de ‘multiplicação’ de pães e peixes (...) e sim, o milagre da sua partilha” (p. 100). Esta faz com que haja o suficiente para todos e até produz excedente, sobra. Importa, portanto, deixar o particular e privado para trás, ver o alimento disponível e reparti-lo adequadamente, sendo para tanto fundamental que o povo se organize. É verdade que os discípulos, diante desta nova economia, se mostram inseguros. Há também traição, cujo exemplo é Judas. Traição a esta proposta de economia socializada seria também a princi-

pal causa da crise do socialismo nos países do leste europeu: um grupo buscou privilégios sem reparti-los com os outros. De qualquer maneira, era o objetivo do Messias “criar uma nova sociedade baseada na partilha, no compartilhar, na generosidade, em uma palavra, no amor”. São palavras de R. Dri, citadas por Wegner e por ele assumidas.

Sob esta perspectiva a Santa Ceia deveria ter reforçado seu caráter de pão partilhado. Cita-se F. Belo, que diz: “É isto a eucaristia, não um acto de culto religioso, mas uma prática econômica de pobres que partilham e são saciados.” Wegner entende ser esta economia da partilha a “economia evangélica” por excelência, cabendo a cristãos e cristãs “a tarefa de — dentro de uma economia hostil à proposta de Jesus, de acúmulo e não de partilha — colocar sinais concretos de que a economia evangélica não é somente possível, mas também desejável e almejada” (p. 102).

O terceiro capítulo do estudo traz “Outros Destaques da Economia de Jesus em Marcos” (p. 104). O recurso a diversos textos aprofunda as teses anteriores, constatando-se ser preciso aprender a encarar as perdas pessoais positivamente. “Dentro da economia de Marcos, sem partilha da riqueza individual, a grande maioria dos indivíduos vai estar sempre correndo atrás da felicidade sem nunca chegar a alcançá-la. Vão ser saciados sempre só os ‘chefes e principais da Galiléia’ (6.21), mas nunca ‘todos’, como no projeto da economia evangélica (6.42; 8.8).” (P. 105.) Semelhantemente a religião e a piedade devem ser colocadas a serviço de uma economia de vida e não de morte. Disto é exemplo Mc 2.1s.: perdando os pecados, Jesus tirou “do templo a raiz última de sua razão de ser e o meio mais concreto para a exploração do povo: o pecado.” (P. 106.)

Ademais, Wegner lembra que, na sua opinião, Jesus não pode ter concordado com o pagamento do tributo a César (Mc 12.13s.). Não há o que justifique exploração de qualquer tipo. Também o alerta de não escandalizar a “um desses pequeninos crentes” (9.42) deve ser interpretado pelo lado da economia do evangelho. Os pequeninos são os pobres, sendo que a Igreja tem com eles um compromisso sagrado: fazer com que se levantem, adquiram rosto, vez e voz. Por isto devem-se desideologizar palavras como a que diz: “Porque os pobres sempre os tendes convosco” (14.7) e reconhecer que a riqueza em si jamais é neutra. Pois: “Onde está o teu tesouro, ali estará também o teu coração.” (Mt 6.21.)

Wegner encerra o estudo retomando a palavra inicial que manda substituir a roupa e trocar os odres velhos. São contrapostas a prática messiânica de Jesus e a prática do Império Romano, transparente para a realidade de hoje. Enquanto esta acumula, explora e exclui, aquela se caracteriza pela comunhão com o pobre e pela abundância partilhada. Assim Wegner mostra “o caráter não-conciliatório e de oposição que a proposta de Jesus encerra” (p. 108). Ela se opõe também e em especial à economia vigente no Brasil, incapaz de ser sanada com remédios e paliativos. “(...) é preciso trocar a velha roupa.”

III.

Toda avaliação dessa “proposta da proposta de Jesus” deve respeitar seu pano de fundo contextual, que é a situação de miséria do povo brasileiro. Como fazer frente a ela? Confesso poder acompanhar a concepção de Wegner em boa medida. Mas se me colocam também sérias perguntas. Tentarei mostrar ambas as coisas, a concordância e a discordância.

1. A Culpa pela Morte de Jesus

Início com esta pergunta não só porque me toca pessoalmente⁵, mas muito mais devido à relevância cristológica que tem. Abrirá o caminho para as demais questões.

Aliás, considero injusta a maneira de Wegner reproduzir a minha posição. Não é correto que eu, ao afirmar a culpa de todos, esteja procurando “neutralizar ou abrandar” a “responsabilidade histórica das classes economicamente privilegiadas no assassinato de Jesus.” Afirmei expressamente ser proibido nivelar as responsabilidades. Rejeito igualmente a insinuação de estar guiado por objetivos “interesseiros”. Ela faz parte da polêmica acima referida, e poderia ser por mim devolvida com o mesmo direito. Não vale a pena brigar⁶. De qualquer maneira, Wegner se irrita com a afirmação de que também o povo carrega parte da culpa pela morte de Jesus. Por quê? Pergunta: “Ou devemos também culpabilizar o povo pobre por não ter podido evitar a morte do bispo Romero e do padre Jozimo, por exemplo?”

Ora, se é verdade que podemos ser responsabilizados apenas por aquilo que poderíamos ter evitado, não há como comemorar os 500 anos de colonização das Américas como oportunidade de “penitência e reparação”. Pois ninguém da geração contemporânea está na situação de ter podido evitar o genocídio dos índios, a escravidão dos negros e a expulsão dos imigrantes europeus de seus países de origem. Pergunta-se, porém, se não existe uma cumplicidade, ainda que involuntária e inconformada, com o pecado histórico que, como herança, pesa sobre os ombros de uma nação e da qual ninguém é capaz de se eximir. Além disto, cumpre respeitar que o pecado pode ter também a forma de apoio clandestino, da omissão, da indiferença, do descompromisso que, sem poder evitar, facilita o crime. Sob esta perspectiva, o povo é ou não é culpado da morte de Jesus?

Pouco adianta discutir se aquele povo que aclamou Jesus com “hosana!” (Mc 11.1s.) e aquele que mais tarde grita o “crucifica-o!” (15.13s.) é o mesmo. Conforme Wegner, o “Evangelho de Marcos não nos dá nenhum indício de que o povo simples e humilde das vilas e aldeias, em favor do qual Jesus viveu e lutou, tenha participado daquela gritaria que culminou no ‘crucifica-o!’” Com a mesma razão, porém, deve-se constatar que não há nenhum indício de se tratar de um povo diferente, aqui e lá. O as-

sunto não se resolve por aí. Há, isto sim, três questões a considerar, que se revelam como fundamentais e que ajudam a encaminhar a resposta.

a. A primeira é de ordem *histórica*: Jesus provocou escândalo somente entre os grupos econômica e religiosamente influentes ou também entre o povo humilde? Está acima de qualquer dúvida que Jesus despertou esperanças messiânicas. Comprova-o o grande afluxo de pessoas marginalizadas, doentes, pecadoras de que Jesus gozava. Esperava-se dele a restauração do “reino de nosso pai Davi” (Mc 11.10), razão pela qual Tiago e João, desde já, disputam os lugares de honra no novo regime (10.35s.). É tão expressivo o número de simpatizantes que o movimento de Jesus é temido pelos principais sacerdotes e escribas (11.18; 14.2).

E, todavia, não se deveria esquecer a crise em que Jesus repetidamente introduziu o entusiasmo que se inspirava em sua pessoa. Os próprios discípulos o exemplificam: sua enorme devoção por Jesus não os protegeu contra o tropeço. Todos nele se escandalizaram (14.27). Jesus não restaurou o reino de Davi. Por isto, por maior que fosse sua proximidade para com os pobres e desprezados, houve em sua atuação também um elemento causador de decepção e frustração. Somente assim se explica a ausência do povo na hora da crucificação. Vale lembrar, ainda, que Jesus foi rejeitado não somente pela cidade de Jerusalém, mas também pela aldeia de Nazaré e por seus próprios familiares (Mc 6.1s.; cf. Lc 4.19s.). Aprender a cogitar das cousas de Deus e não das dos homens (8.33) é difícil e escandaloso para todo o mundo. Quem, porém, de uma ou de outra forma se escandaliza em Jesus, também é culpado de sua morte. Logicamente não o é à semelhança de Caifás ou Pôncio Pilatos. E, no entanto, houve convivência. Pedro, ao chorar após ter negado Jesus, bem o percebeu (14.72).

b. Mas o que está realmente em jogo é a identidade de Jesus. Tenho dificuldades em colocar Jesus no mesmo nível com o bispo Romero e o padre Jozimo, o que certamente também não é pretendido por Wegner. Entretanto, desponta aqui a *questão cristológica*. Wegner insere o movimento de Jesus no conflito entre cidade e campo, o que, sem dúvida, é procedente: Jesus é pessoa do “interior”, explicando-se assim diversos aspectos de sua ação, não por último sua linguagem. Mas, divergindo de G. Theissen, em cujos estudos se apóia⁷, Wegner faz coincidir este conflito com o conflito social entre ricos e pobres. Jesus seria um representante da classe humilde rural em oposição à classe dos poderosos, concentrada nas cidades, particularmente em Jerusalém. É uma interpretação expressamente rejeitada por Theissen, cuja argumentação não é levada em consideração. Não existiam pobres também nas cidades e ricos (latifundiários) também no campo? Com base em que Wegner identifica o conflito geográfico com o conflito social? Como explicar que a primeira cristandade se espalhou justamente nas cidades, se a proposta de Jesus era de cunho tão acentuadamente rural? Permanecem perguntas a responder.

Além disto, é extremamente problemático invocar o princípio: “Dize-

me com quem andas, e eu te direi quem és” (p. 96) para assim caracterizar Jesus. Já os fariseus tiraram falsas conclusões da companhia que Jesus fazia a publicanos e pecadores (1.26; Lc 15.1s.; etc.). Será permitido concluir que Jesus, em razão de sua proximidade a pessoas desprezadas e carentes, tenha sido o líder carismático de um movimento popular de origem rural? Se vejo bem, a pergunta pela identidade de Jesus recebe tratamento bem mais complexo no Evangelho de Marcos. Jesus é o próprio Filho de Deus que veio visitar a terra, um “segredo” que perpassa o Evangelho do início ao fim (Mc 1.9s.; 15.39). A comunidade cristã confessa ter em Jesus a manifestação escatológica da vontade divina, que consiste principalmente no duplo mandamento do amor (12.28s.). Por isto, qualquer forma de desrespeito a Jesus equivale a rebelião contra Deus e a cooperação na crucificação. Explica-o magistralmente a alegoria dos maus lavradores (12.1s.). Dirige-se, é verdade, em primeira instância contra as lideranças em Jerusalém. Mas quem se arrogaria o direito de dizer que está em dia com suas obrigações para com Deus e, portanto, isento de culpa no atentado a seu Filho?

Assim como a morte de Jesus não permite ser separada da sua vida, assim esta não permite ser separada daquela. Conforme Marcos, a cruz está implícita na missão de Jesus⁸. Nela completa-se o amor de Deus, sua longanimidade com a criatura pecaminosa (12.1s.), seu propósito de perdoar (10.45). Por isto o raciocínio, por via indireta atribuído a mim, que diz que “todos têm que ser culpados da morte de Jesus para que ele possa ter morrido por todos” é uma caricatura que, aliás, não encontrei em nenhum intérprete sério do Novo Testamento. O inverso é correto: porque todos estão em dívida com Deus, Jesus também morreu por todos.

c. Tal afirmação se reveste, não por último, de *relevância pastoral*. É notória a chantagem que se fez e ainda se faz com a consciência do pecado a que também Wegner alude (p. 106)⁹. A fala do pecado pode servir como meio de exploração. Mas significa isto que o fenômeno como tal não mais deva merecer atenção?

Seria absurdo acusar as comunidades e gerações de hoje de um assassinato ocorrido há dois mil anos atrás. Também não se trata, nós o repetimos, de simplesmente confundir as responsabilidades históricas. Motivos econômicos, políticos, religiosos muito concretos estão na origem do assassinato de Jesus e diversificam o quadro dos culpados. O pecado deve ser particularizado. Mas ele não deve ser negado. Se foi realmente o Filho de Deus que morreu no Gólgota, então forçosamente vai lembrar-me das dívidas pelas quais peço perdão no “Pai-Nosso”. Conscientizar-me-á da minha própria resistência a Deus, que não deixa de ser equivalente a um “crucifica-o!”. Sem a confissão dos pecados não é possível ter participação em Jesus e ser seu discípulo.

Pergunto como falar de pecado sem nenhuma referência cristológica. Ou seriam pecadores apenas alguns, enquanto outros seriam justos? Como entender que Jesus teria morrido também pelo povo, ainda que este não ti-

vesse culpa nesta morte? Lembro que no Novo Testamento o morto “por nós” é sempre idêntico a morto “pelos nossos pecados”.

Falar em pecado é pecado quando esmaga o ser humano. Mas quando feito em amor a partir do evangelho é altamente salutar e libertador. Destrói as ilusões que a pessoa costuma cultivar com respeito a si mesma e outros, inaugurando um processo de aprendizagem. A autêntica confissão dos pecados, baseada na promessa do perdão, faz as pessoas humildes, gratas, misericordiosas. Não há sujeito mais anti-social do que a pessoa “justa”, supostamente merecedora de privilégios e dispensada da necessidade de se corrigir¹⁰. A capacidade de confessar os pecados é uma das premissas indispensáveis para a constituição da comunidade cristã.

Que vamos pregar na Sexta-Feira Santa? Denúncia tão-somente? Vamos dizer que, uma vez mais, os poderosos mataram um profeta? Por mais verdadeira que seja esta afirmação, ela por si só não basta. Significaria o nivelamento cristológico, bem como um método pastoral que fatalmente há de cimentar a trágica subdivisão da humanidade em “nós justos aqui” e “você pecadores lá”. Sei que este não é propósito de Wegner. Mas como evitá-lo, se somente uns devem ser considerados os vilões da história, enquanto a outros não toca culpa nenhuma?

2. Marcos e o Jesus Histórico

Voltando a atenção a outros aspectos, apresento algumas indagações metolológicas:

a. O estudo de Wegner se baseia declaradamente no testemunho de Marcos. Vez por outra são anotadas divergências com relação a Mateus e Lucas. Não obstante, a concepção de Marcos acaba sendo identificada implicitamente com a proposta do Jesus “histórico”. Nenhuma ressalva sinaliza possíveis diferenças. Que Marcos oferece um retrato essencialmente fiel do Jesus histórico é tese da antiga teologia liberal, superada pela descoberta do caráter contextual, querigmático e redacional também deste Evangelho, o primeiro a ser escrito¹¹. Com justas razões, a teologia latino-americana não acompanha o ultracriticismo de algumas escolas exegéticas européias. E, no entanto, a elaboração da proposta de Jesus deve responsabilizar-se frente ao todo da tradição sinótica. Sinto em Wegner a tendência de identificar a proposta de Marcos e a de Jesus com o intuito de dar àquela a mesma autoridade que a esta. Ou estou errado?

b. Mas também como “concepção marquiana” o resultado de Wegner dá margem a questionamentos. Sabe-se que a pesquisa sociológica não devota muitas simpatias à “história da redação”, isto é, às peculiaridades conceituais de cada um dos evangelistas. E, todavia, o todo de um evangelho deve ser respeitado. Já me reportei ao segredo messiânico tão em evidência em Marcos. Conforme Wegner, o povo simples parece não ter tido nenhum

problema com a messianidade de Jesus. Sinto falta de considerações mais aprofundadas exatamente sobre esta matéria: como Jesus se relaciona com o povo no Evangelho de Marcos, e vice-versa? Para tanto as pesquisas de O. Zizemer poderiam ter sido valioso auxílio¹². A elas, porém, nenhuma referência se faz. Da mesma forma necessita de definição a relação entre o povo e os discípulos. Wegner admite que, diante da nova economia de Jesus, estes se encontram inseguros, tendo dificuldades em assimilá-la (p. 102). Porventura o povo é mais compreensivo do que os discípulos? Suspeito que, em Wegner, a categoria do povo esteja se sobrepondo à dos discípulos, o que teria incisivas conseqüências eclesiológicas. Será esta realmente a concepção de Marcos? Não são os discípulos os típicos “representantes” do povo? Por que Jesus teria escolhido justamente pessoas que não o entendem, quando teria havido outras? Portanto, há perguntas “redacionais” do Evangelho a responder.

c. Em Wegner, a proposta econômica de Jesus é trazida imediatamente para o presente, como proposta evangélica para o século XXI. A diferença dos tempos e dos lugares é desconsiderada. Acontece que Jesus viveu sob um regime teocrático, numa época pré-científica. Naturalmente, há fenômenos comparáveis, outrora e hoje, a exemplo da dependência política e da exploração econômica sob a qual a Palestina sofria no século I, bem como antes e depois. Ainda assim, o contexto da atuação de Jesus é substancialmente diferente daquele de uma Igreja em nossos dias¹³. Propostas do passado, a fim de serem exitosas, necessitam de reavaliação contextual.

Para tanto a reflexão dogmática é um dos elementos indispensáveis. É a velha pergunta: até que ponto a teologia poderá fazer-se dependente dos resultados muito relativos da pesquisa histórica? E até que ponto a dogmática precisa de correção a partir dos fatos históricos? De qualquer maneira, a exegese não pode contornar a responsabilidade frente à tradição dogmática da Igreja, justamente quando reivindica oferecer critérios normativos para a atualidade.

O quanto isto é importante, seja ilustrado na interpretação que Wegner dá à questão do tributo a César (Mc 12.13-17). Entende que “dar a César o que é de César” deve ser compreendido no sentido de devolver (!) a César o que é dele¹⁴. Em outros termos, Jesus estaria defendendo a expulsão dos denários romanos da Palestina, bem como a devolução desta a Deus. Pois este seria o significado correspondente do “dar a Deus o que é de Deus”. Escreve Wegner: “Ora, devolver a Deus as coisas que lhe pertencem pressupõe ter havido apropriação ilícita destas coisas. Elas são a sua terra e o seu povo, das quais os romanos se apropriaram sem legitimidade (...).” (P. 106.)

Wegner fundamenta sua posição com seu habitual amor ao detalhe e com exemplar esmero. Permanecem interrogações, todavia. Trata-se de um texto antiimperialista? Há de querer incentivar-nos a expulsar os dólares norte-americanos da América Latina e a implantar uma teocracia do tipo

que os zelotes almejavam para a Palestina? Para nós cidadãos de repúblicas seculares, a questão dos impostos e das relações entre Igreja e Estado permanece em pauta. Que diz a dogmática a esse respeito? Qual a ajuda oferecida neste particular pela doutrina luterana dos dois regimentos? A teocracia a suplanta? Para os latino-americanos, César reside apenas nos Estados Unidos?

Entretanto, também com relação ao sentido histórico afirmado por Wegner confesso ter problemas. Para o colega é inimaginável “admitir ter Cristo assumido a causa exploradora e opressora de uma potência estrangeira sob regime de ocupação militar.”¹⁵ Com o mesmo direito, porém, se deve perguntar: porventura, Jesus terá sido tão cego assim para não enxergar que a oposição categórica ao tributo acabaria em banho de sangue, como de fato acabou?¹⁶ Podemos fazer Jesus co-responsável pela tragédia judaica do ano 70 d.C.? Na questão do tributo há aspectos a distinguir, entre eles o do direito, da estratégia e mesmo da proporção. Acima de tudo, porém, cabe definir os direitos de Deus. Quais são? Bastará dizer: a terra de Israel e o seu povo? Não cabe a ele a obediência incondicional, o culto exclusivo, o amor preferencial de coração, alma, entendimento e força (12.28s.)? “*Apodidomi*” pode ter o significado de “devolver”, sem dúvida. Mas é termo técnico de pagamento (cf. Mt 20.8!). Continuo convicto de que é este o sentido nesta passagem: importa pagar a dívida com Deus, dar o que lhe é devido, tributar-lhe os frutos a que tem direito (12.1s.). Algo análogo vale com relação a César, sendo que seus direitos são cerceados por aqueles que são de Deus, deslegitimando de antemão o excesso, a injustiça e o abuso dos tributos.

Dentro dos parâmetros contextuais, antigos e modernos, que podemos aprender de Jesus?

3. O Projeto da Partilha

De acordo com Wegner, a proposta econômica de Jesus se resume na palavra “partilha”, o que não merece senão o mais decidido consentimento. Tê-lo destacado enfaticamente, através de uma série de interessantes observações exegéticas, constitui o grande mérito do estudo. Podem-se aduzir ainda outros argumentos: a necessidade de repartir se alicerça em longa tradição bíblica (cf. Is 58.7; etc.) e é uma implicação da justiça e do amor. Bem o compreendeu a primeira comunidade em Jerusalém ao praticar a comunhão dos bens (At 2.42s.; 4.32s.), com o que flagrantemente procurou ser fiel ao que aprendeu com Jesus. No reino de Deus não há famintos, e o pão — como diz Wegner em outro contexto — “adquire aos olhos de Jesus um valor religioso singular”¹⁷. Em conseqüência, deve cair sob juízo uma prática econômica que, como a nossa, continuamente gera desigualdades, produzindo o acúmulo de um lado e a carência de outro. O reino de Deus compromete com a meta da satisfação das necessidades básicas do ser

humano, ou seja, com o pão de cada dia em prol da vida plena para todos.

No entanto, em Wegner, a partilha não se resume a uma meta. É um projeto econômico com estruturas definidas. A economia de Jesus seria popular, coletiva, socializada. Desconhece privilégios, dá prioridade ao coletivo em detrimento do individual, reparte em vez de acumular. O perfil desse projeto permanece vago, todavia. Qual é o modelo econômico da partilha que seria praticável? Para tanto, algumas breves idéias:

a. Os bens, para serem repartidos, precisam ser produzidos. Novamente o recurso à comunhão de bens da primeira cristandade é instrutivo. Foi uma mera comunhão de consumo, não de produção, como a crítica da atualidade bem atesta¹⁸. Não teve durabilidade por esta razão. Partilha sem produção suficiente será viável apenas temporariamente, enquanto não se esgotarem as reservas.

Cabe, neste contexto, uma anotação crítica quanto à interpretação que Wegner dá à dupla partilha do pão em Mc 6 e 8. Será correto excluir dos textos o aspecto da multiplicação, respectivamente da produção? Para as sobras dos poucos pães e peixes repartidos, 12, respectivamente sete cestos são simplesmente demais, ainda que se trate de números simbólicos. Parece-me evidente que, pelas mãos de Jesus, acontece também um milagre de produção, um aspecto a ser bem mais explorado. Produção e partilha devem andar de mãos dadas. Qual o modelo que o assegura?

b. Oferece-se, obviamente, o modo de produção socialista. Conforme Wegner, muitas afinidades o unem à proposta de Jesus. Será o socialismo idêntico à proposta evangélica, ou será ele “a mediação sócio-política do reino de Deus”, como li em outro autor? E qual o socialismo que poderia reivindicar tal qualidade?

O assunto é complexo e não se esgota em poucas palavras. Certo é que o colapso do socialismo real no leste europeu não se presta a ser pretexto para camuflar a falência do capitalismo tão em evidência nas estatísticas sociais da América Latina. A economia de livre mercado não é nenhuma fórmula mágica contra a ineficiência dos antigos regimes socialistas.

Mas o inverso também é verdade: o socialismo não cura necessariamente os males da sociedade. Não foram apenas o burocratismo, o stalinismo ou mesmo a traição ao sistema que provocaram a derrota. A tese da punhalada pelas costas que teria atingido um organismo essencialmente sadio não convence. Sustento a tese de que o socialismo ruiu não por último devido a seus pressupostos antropológicos: os malvados e corruptos seriam apenas alguns, a saber, os proprietários dos meios de produção, enquanto com os outros seria possível construir um mundo verdadeiramente humano. É uma ficção. Por mais que desejemos uma sociedade fraterna, necessário se faz contar com as artimanhas do “velho Adão” e da “velha Eva”. Julgo incorreto, inclusive, querer eliminar o egoísmo das pessoas. À semelhança do que acontece com a agressão, também certa dose de egoísmo é

indispensável para a saúde. Confirma-o o Novo Testamento ao admitir o amor a si próprio como premissa do amor ao próximo. Não se trata de erradicar o egoísmo das pessoas; trata-se, muito antes, de controlá-lo, canalizá-lo e aproveitá-lo para o bem comum, um princípio de extraordinária relevância sócio-ideológica.

Portanto, não só a prática do socialismo, também a sua teoria deve ser revista. Enquanto o grande problema do capitalismo é a distribuição, o socialismo revelou ter dificuldades com a produção. Embora atendesse as necessidades básicas da população, esse atendimento, por via de regra, foi um empréstimo que se tomou do futuro. Ocorreu às custas do investimento exigido para a manutenção da capacidade produtiva, seja em termos tecnológicos, ecológicos ou outros. O fracasso era previsível. Documentou a inviabilidade de uma economia de planejamento, teimosa em ignorar as leis do mercado¹⁹. Mas também o fracasso do modelo ultraliberal é previsível. O mundo capitalista, a continuar do jeito como se porta, há de enfrentar seriíssimas turbulências sociais, decorrentes do desnível das classes, além de toda sorte de males que acompanham a pobreza. Os antigos sistemas faliram. Mas há muitos que ainda não o perceberam.

Com que nos compromete Jesus? Compromete-nos com uma meta sem prescrever a maneira de alcançá-la. Consiste no bem comum, na partilha adequada dos recursos, na possibilidade de vida para todos, na construção de uma sociedade justa, fraterna, grata a Deus, na preservação do meio ambiente e de um mundo habitável. Esta meta não é opcional. Não está sujeita à necessidade de aprovação democrática, assim como é absurdo votar se dois mais dois são quatro. A meta é obrigatória, é uma “verdade”, sendo que Jesus se empenhou em motivar as pessoas a aceitá-la e a colocar-se a seu serviço. Entretanto, como alcançar o objetivo, isto é “relativo”. Deve ser descoberto e definido em respeito a situações específicas e condições contingenciais (cf. Rm 12.2). É assunto de disputa ideológica, político-partidária, ética.

A defesa de uma proposta ideológica é direito e dever de todo cidadão e toda cidadã. Importa, porém, discutir e testar as propostas com base em argumentos racionais e empíricos, e não confrontá-las como doutrinas religiosas. Não nos compete criar algo semelhante a um *ius divinum* no campo das ideologias. Caso contrário a discussão ideológica vai descambar em guerra santa, algo profundamente avesso à teologia luterana. Importa descobrir o que, em razão dos objetivos, melhor funciona e promete êxito. É o que deve ser privilegiado. Significa isto costurar remendo novo em roupa velha?

4. Escatologia e Utopia

A nova economia de Jesus, na compreensão de Wegner, possui caráter escatológico. É antagonônica à antiga que peca pela acumulação de riqueza e exploração dos pobres. “As propostas de Jesus não têm o caráter de ‘re-

mendo', de paliativos ou reformas" (p. 107). Seu conteúdo é alternativo. Exige a ruptura com o velho. Em outros termos, o reino de Deus anunciado por Jesus é visto como utopia real a ser construída por organização popular.

É inquestionável a necessidade das utopias. O ser humano precisa de sonhos e visões que o motivem para a ação transformadora. O projeto de uma sociedade melhor deve estar embutido em todo programa político-partidário e condensar-se numa ideologia. A falta de tais propostas conduz à paralisia, ao mero pragmatismo, ao predomínio dos interesses imediatistas. Também não pode haver dúvidas quanto ao poder inspirador exercido pelo anúncio do reino de Deus por Jesus. Visto que este reino há de realizar-se não apenas no fim dos tempos, mas que se antecipa em sinais e parábolas, ele fecunda a imaginação humana e se concretiza em idéias utópicas.

Isto, porém, jamais deverá encobrir o profundo abismo que há entre escatologia e utopia²⁰. Em Jesus, o reino de Deus permanece sendo futuro, transcendente, apesar de seus reflexos precursores no presente. A "teocracia direta" não pode ser construída por mãos e cabeças humanas. Implica não somente novas estruturas, exige muito mais um novo coração, incapaz de ser criado por decreto-lei. Sobretudo, porém, a vinda escatológica do reino de Deus há de eliminar as limitações peculiares da criatura humana. Em termos de Paulo poderíamos dizer que a consumação escatológica supera a natureza fragmentária do conhecimento, das faculdades, da vida, do ser humano em todas as suas dimensões.

Exatamente por isto todas as utopias permanecem humanas, ainda que se inspirem na esperança pelo reino de Deus. Participam daquilo que é "em parte", aniquilado pela vinda do perfeito (1 Co 13.8s.). Sonhar é necessário, mas uma vida sonâmbula é perigosa. As utopias precisam "aterriçar" na realidade para não se transformarem em ficções. Ao sonhar deve seguir-se o acordar. Assim como o sonho pretende romper as limitações, assim estas devem manter sóbrias as projeções utópicas.

Vejo como urgente, pois, a dessacralização das utopias e ideologias. O reino de Deus permanece sendo o juiz de todas elas. A confusão de utopia e reino de Deus significaria a completa secularização deste último e o transformaria, mais uma vez, em simples reino humano. O resultado seria um sistema político-teocrático de feições altamente autoritárias, não admitindo nem questionamentos nem pluralidade democrática. Ademais, a "humanização" das utopias significa alívio de uma carga insuportável. Pois construir o reino de Deus é — tomado ao pé da letra — pretensão descabida. É inevitável que a frustração lhe siga ao enalço. Por que achar que com cada experiência socialista fracassada o reino de Deus teria sofrido derrota? Utopias são coisa humana. Poderão ser tentativas de "espelhar" o reino de Deus (1 Co 13.12). Mas os espelhos são muitos, diferem em qualidade e nitidez, e todos distorcem a imagem. Jamais substituem a "visão direta".

Devemos, portanto, romper com a economia antiga e nos aventurar numa nova? Acho que sim! Precisamos de novas propostas, urgentemente.

Devem ter contornos claros, evidenciando como pretendem funcionar. Utopias vagas não ajudam, nem aos políticos e economistas nem mesmo ao povo. Exige-se das propostas concreticidade. Vai se revelar então que ruptura em si não é nenhum critério. Também o neoliberalismo se propõe a ruptura com o sistema vigente no país²¹, e a introdução do livre mercado tem sido uma ruptura com o socialismo real no leste da Europa. A pergunta-chave não é o quanto uma proposta difere da atual, mas o quanto é melhor. O velho vestido deve ser trocado não por qualquer um, mas de fato por um novo, superior em qualidade. Que é “novo” neste mundo?

Novas são as palavras e os atos de Jesus. Nele o *eschaton* se “presenteou”, mesmo que a plenitude da perfeição continuasse objeto de esperança. Enquanto isso, na existência individual das pessoas cristãs, na vida da comunidade e no mundo depois de Jesus Cristo, o novo e o velho ainda se misturam. Estamos comprometidos com o novo. Mas em muitos sentidos devemos vivê-lo sob as condições antigas. As limitações humanas marcam a vivência de quem crê. Nosso corpo ainda não ressuscitou. Exatamente por isto será impossível encontrar um fenômeno, um sistema ou qualquer outra coisa que reúna integralmente as características do novo. Por ora, também a veste nova será feita de tecido perecível e obedecerá à moda da época. A veste totalmente nova exige a superação da morte (cf. 2 Co 5.1s.). Por enquanto a novidade escatológica se processa como o “revestir-se de Cristo” (cf. Gl 3.27, etc.), o que exige a fé e não elimina o velho corpo que trazemos conosco.

Portanto, novidade é possível, mas na provisoriidade do velho. Isto vale também para propostas econômicas. Estão sujeitas a julgamento ético, podendo ser melhores ou piores, mais ou menos eficazes, reunir elementos tanto “novos” quanto “velhos”. De qualquer maneira, o sistema novo, alternativo por excelência, o escatológico, ainda não existe. Pressupõe a superação definitiva do pecado e da limitação humana. Assim sendo, cumpre examinar o que há de positivo e negativo nos sistemas, para então elaborar um projeto relativamente melhor, do qual, eu o repito, temos extrema necessidade.

IV.

Minhas perguntas a Wegner são muitas. Dizem respeito a detalhes e à concepção geral. É como num quebra-cabeça: o todo determina a posição das peças, e estas, por sua vez, compõem o conjunto. Por isto há necessidade de discutir tanto os pormenores quanto a posição abrangente. Com referência a esta permito-me fazer ainda uma breve anotação avaliativa.

O evangelho promove e deve promover transformação social. Sobre isto não há muito a discutir. Mas a motivação para a transformação pode nutrir-se de duas vertentes:

1. A vontade transformadora pode inspirar-se numa visão utópica. G. Theissen descreve bem esta variante: “(...) a crítica da ideologia (= a ação transformadora) está ligada à fé em uma sociedade justa que, historicamente, pode ser construída, a qual se diferencia de todas as sociedades históricas até hoje existentes e cuja organização está vinculada aos interesses de uma determinada classe.”²² Wegner, e isto me parece óbvio, defende esta concepção, aliás compartilhada por amplos segmentos teológicos da América Latina. É o futuro a construir, o reino de Deus, a visão de uma nova sociedade que motiva para a ação transformadora, sendo o sujeito histórico da mesma a classe oprimida. Poderíamos dizer que a energia para a transformação social é buscada na escatologia, ou seja, na esperança.

2. A vontade transformadora pode emanar da força crítica da consciência. Também esta variante foi bem caracterizada por Theissen. Ela evita unilateralidades, sabe da ambivalência de toda ação humana, e, no entanto, alimenta “o desejo de, por diversas formas, fazer frente aos sofrimentos evitáveis e lutar por uma sociedade, na qual o sofrimento seria evitado numa escala maior do que é hoje.”²³ Transformação, neste caso, recebe seu estímulo, assim podemos concluir, da ética, ou seja, do amor.

Seria trágico se ética e escatologia, amor e esperança fossem colocados em termos alternativos. Devem permanecer unidos. Entretanto, não se foge da pergunta a que se atribui a primazia. A motivação para a ação cristã, de que decorre em primeiro lugar? De um projeto sócio-político com certas características religiosas, ou de uma consciência aguçada, crítica, comprometida com o bem e a vida? Confesso que me situo mais próximo desta segunda posição. Considero-a mais bíblica, evangélica e mesmo eficaz. De forma alguma desvalorizo a esperança nem as utopias, desde que não revestidas de manto sagrado. Elas não deixam de ser fatores propulsores da ação. Mas considero difícil deduzir delas princípios éticos. Sem o amor, a esperança fica sem critérios.

Há por demais inconvenientes relacionados à proposta utópica da fé. Reafirmamos que a fixação ideológica, implícita em toda utopia concreta, produz exclusivismo e favorece atitudes autoritárias. Sobretudo, porém, ameaça reduzir o evangelho a uma mera estratégia e relegar a dimensão religiosa a um segundo plano. Se a Santa Ceia deixa de ser “um acto de culto religioso”, tornando-se “uma prática econômica de pobres que compartilham e são saciados”, como quer F. Belo, ela perde seu sentido. É necessário, sim, resgatar o valor religioso das coisas materiais, principalmente do pão de cada dia, vergonhosamente roubado de tanta gente em nosso país. Simultaneamente, porém, cabe enfatizar que este pão por si jamais sacia a nossa fome por vida. Caso ficarmos devendo esta verdade às pessoas, estaremos tão-somente colaborando na universalização do consumismo.

Por todas estas razões temo que, sob a predominância do aspecto utópico, a Igreja vá sobrar. Restará um grupo ideologicamente afinado, para o qual a religião se tornou um assunto desprezível ou secundário. A identi-

ficação sócio-política terá a grande prioridade por sobre a tradição confessional da Igreja e mesmo por sobre o mandamento do amor. Ou estarei enxergando fantasmas?

A política econômica de nossos dias necessita de propostas alternativas. Nisto há consenso entre Wegner e mim. Mas estas devem assentar-se em princípios éticos muito mais do que em utopias abstratas ou até falidas. A ética econômica readquiriu urgência na atualidade. Existem consideráveis ensaios sobre a matéria, inclusive da autoria de igrejas²⁴. Precisamos de algo análogo também na América Latina.

Quem se expõe se torna vulnerável. Mas sem a coragem para tanto não haverá aprendizagem. Agradeço a Wegner por ter-se exposto. Retribuí com a mesma abertura, fazendo votos que o diálogo, não a infrutífera polêmica, ganhe espaço na IECLB.

Notas

- 1 Confira, entre outros, A. DROOGERS, *Opções Básicas na Avaliação Teológica de Religiões, Ideologias e Culturas*, *Estudos Teológicos*, 25:271ss. (esp. 278ss.), 1985.
- 2 Veja as interessantes observações de H. KÜNG: *Dialogfähigkeit und Standfestigkeit*, *Evang. Theol.*, 49:492ss., 1989.
- 3 Claro que há inícios de diálogo. Considero um exemplo bem-sucedido a resposta crítica à “Ética Comunitária” de E. Dussel dada por E. VIVJER: *El Exodo: un Modelo para la Ética Social?*, *Cuadernos de Teología*, 9:177ss., 1988; veja também neste periódico diversos debates, a exemplo de M. WEINGÄRTNER, *A Salvação se Fez Pão?*, *Estudos Teológicos*, 31:289ss., 1991, bem como a réplica de F. DOBBERAHN, *ibid.*, p. 300. Estilo dialogal, porém, não se resume em teses e respostas. Inclui a consideração das vozes divergentes na formulação das próprias teses. É disto que sinto premente falta.
- 4 As indicações de página referem-se ao estudo acima indicado.
- 5 Veja G. BRAKEMEIER, *Os Culpados da Morte de Jesus*, *Estudos Teológicos*, 30:206ss., 1990.
- 6 Wegner não identifica expressamente os oponentes. Mas é óbvio que se refere a teses minhas. Para ser franco, eu teria preferido a controvérsia direta.
- 7 G. THEISSEN, *A Profecia de Jesus contra o Templo*, in: *Sociologia da Cristandade Primitiva*, São Leopoldo, 1985, pp. 83ss.
- 8 Remetemos para o próprio U. WEGNER, que, em seu estudo “Deu Jesus um Sentido Salvífico para sua Morte?”, *Estudos Teológicos*, 26:209ss., 1986, se pronunciara em termos bem mais diferenciados, constatando, entre outras, que as “categorias da morte violenta dos profetas e do justo sofredor, embora apropriadas, não abarcam todo o sentido da paixão” (p. 242). Se, porém, assim é, a morte de Jesus deve ter algo a ver com o “nosso” pecado.
- 9 Confira as colocações instrutivas de J. COMBLIN sobre este assunto, em seu estudo: “O Cristianismo e o Desafio da Modernidade”, in: Antônio Aparecido da SILVA, org., *América Latina: 500 Anos de Evangelização*, São Paulo, 1990, pp. 226ss.
- 10 Veja meu estudo “Pobres e Pecadores na Ótica de Jesus”, *Estudos Teológicos*, 25:13ss. (esp. 55ss.), 1985.
- 11 Wegner mesmo o sabe. Em seu estudo acima citado (nota 8) é apresentada toda uma

- criteriologia da aproximação ao Jesus histórico. Onde está este cuidado no artigo sobre a economia de Jesus em Marcos?
- 12 Veja O. ZIZEMER, *Das Verhältnis zwischen Jesus und Volk im Markusevangelium* (tese de doutorado), München, 1983, e o resumo em português: A Relação entre Jesus e o Povo no Evangelho de Marcos, *Estudos Teológicos*, 28:21ss., 1988.
 - 13 Neste sentido a interpretação de Wegner é “a-contextual”, observação crítica feita também por G. BARTH, A Questão dos Escravos no Novo Testamento, in: *Peregrinação*; Estudos em Homenagem a J. H. Fischer, São Leopoldo, 1990, pp. 54ss.
 - 14 Estudo abrangente da matéria em U. WEGNER, O que Fazem os Denários de César na Palestina?, *Estudos Teológicos*, 29:87ss., 1989.
 - 15 Op. cit. (nota 14), p. 105.
 - 16 Cf. J. COMBLIN, op. cit. (nota 9), p. 212. É verdade que Jesus foi acusado de agitação contra o Império Romano (Lc 23.1), vedando pagar o tributo a César. Mas, se assim foi, como Pilatos o pode declarar inocente (Lc 23.13s.)?
 - 17 U. WEGNER, A Colheita das Espigas (Mc 2.23-28), in: *A Salvação se Fez Pão*, São Leopoldo, 1989, p. 37.
 - 18 Veja para tanto meu estudo *O “Socialismo” da Primeira Crisandade*, São Leopoldo, 1985, em que procuro oferecer uma análise histórica, teológica e ideológica da comunhão de bens dos primeiros cristãos em Jerusalém, tendo em vista a relevância para os dias atuais.
 - 19 Mais um vez remetemos a J. COMBLIN, cujo estudo acima citado (nota 9), pela relevância que tem, nos parece merecer a leitura obrigatória de quem se interessa por teologia em nosso continente.
 - 20 Depois de encerrada a formulação deste artigo, vem às nossas mãos a contribuição de U. ASENDORF, *Hoffnung jenseits der Utopie*, *Lutherische Monatshefte*, 31:120ss., 1992, que analisa as limitações das utopias e as confronta com a mensagem da justificação por graça e fé. O estudo vale a pena ser lido.
 - 21 Cf. J. Pontes NOGUEIRA, A Agenda Collor-Merquior, *Políticas Governamentais*, vol. VIII, n° 76, 1992, p. 11.
 - 22 G. THEISSEN, A Classificação do Enfoque Sociológico na História da Pesquisa, in: *Sociologia da Crisandade Primitiva*, São Leopoldo, 1987, p. 34.
 - 23 Op. cit., p. 35.
 - 24 Está sendo preparada uma declaração por parte do Conselho Mundial de Igrejas sob o título: “Economia como Assunto da Fé”. Também a encíclica papal *Centesimus Annus* deve ser lembrada neste contexto. Sobretudo, porém, chamo a atenção para o instrutivo Memorando da Igreja Evangélica da Alemanha intitulado “Gemeinwohl und Eigennutz — Wirtschaftliches Handeln in Verantwortung für die Zukunft”.

Gottfried Brakemeier
Caixa Postal 2876
90001-970 Porto Alegre — RS